

Otávio Cândido Silva Júnior - O que estará por trás da extinção da Fundação Itesp?



Otávio Cândido Silva Júnior*

A Fundação Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) é a responsável pela regularização fundiária rural e urbana bem como pela implantação de assentamentos e execução de política de Assistência Técnica e Extensão Rural para assentamentos e comunidades quilombolas.

Também trabalha na identificação, no reconhecimento e na titulação das populações quilombolas e desenvolve várias ações complementares ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), tanto nas políticas de reforma agrária como de regularização destas comunidades quilombolas.

Em 1998, foram reconhecidas as primeiras comunidades como remanescentes de quilombos, que atualmente já somam 36 em todo o estado, sendo seis delas tituladas em terras públicas estaduais.

Em Ubatuba, temos algumas delas, como a Caçandoca, Fazenda Picinguaba, Camburi e atualmente a Fundação Itesp presta assistência técnica a 7.133 famílias, que vivem em 140 assentamentos rurais estaduais, distribuídos em 40 municípios do Estado de São Paulo.

Além do atendimento aos assentamentos rurais estaduais, a Fundação Itesp atende alguns assentamentos federais onde o Incra não consegue realizar um atendimento de qualidade.

No Vale do Paraíba, temos o caso dos assentamentos Conquista Horto de Tremembé e Nova Esperança 1, em São José dos Campos.

Soma-se a tudo isso o trabalho que a Fundação Itesp realizou e realiza em várias cidades do Vale do Paraíba, como no distrito de São Francisco de Xavier, em São José dos Campos, e mais em Tremembé, São José do Barreiro, Paraibuna, Guaratinguetá, São Luiz do Paraitinga. Ainda no Litoral Norte, como em Caraguatatuba e São Sebastião, e na Serra da Mantiqueira, como em São Bento do Sapucaí e Campos do Jordão.

Temos a compreensão que jamais uma instituição pública, com o orçamento tão aviltado, de R\$ 65 milhões anuais, pode ser responsabilizada pelo déficit orçamentário de R\$ 25 bilhões do Estado nestes tempos de pandemia, uma vez que dados de 2019 do Programa Cultivando Negócios da própria Fundação Itesp demonstram que a comercialização realizada somente pelos assentados da Reforma Agrária do Estado de São Paulo girou em torno de R\$ 280 milhões.

O que não aparece no discurso do governo Doria sobre o saneamento das finanças do Estado mais rico da nação é o fato de que, na região do Pontal do Paranapanema, possui um estoque de aproximadamente 100 mil hectares de terras públicas, griladas por fazendeiros, que já foram julgadas devolutas em última instância da Justiça e que o Estado deve, por força de lei, arrecadá-las para fins de Reforma Agrária.

O governo não quer contrariar os interesses dessa oligarquia rural.

Desde o início, este governo dava sinais de que pretendia acabar com a Fundação Itesp, quando anunciou a titulação indiscriminada dos lotes dos assentamentos estaduais da Reforma Agrária, sem nenhum tipo de avaliação qualitativa destes, apenas para que os assentados, de posse dos títulos destas terras públicas, possam vendê-las ao agronegócio, principalmente das usinas de cana de açúcar.

**Professor de Filosofia, mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade e servidor público da Fundação Itesp há 18 anos*